

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 03.071.229/0001-05
Rua Tiradentes, S/N
Marcos Parente - PI

CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE

LEI Nº 55 DE 02 DE JUNHO DE 2003.

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS
DO MUNICÍPIO DE MARCOS
PARENTE, ESTADO DO PIAUÍ E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de MARCOS PARENTE – PI, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Código tem como finalidade instituir as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, do bem-estar público, da localização de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, bem como as correspondentes relações jurídicas entre Poder Público Municipal e os municípios.

Art. 2º - Ao Prefeito e aos servidores públicos municipais em geral compete cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Código.

Art. 3º - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita as prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por toda a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 4º - Constitui infração de toda ação ou omissão contrária as disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou ato baixado pelo Governo Municipal, no uso do seu poder de polícia.

Art. 5º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliara praticar infração e ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 6º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art. 7º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfaze-la no prazo legal.

§ 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 8º - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único - Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - a maior ou menor gravidade de infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação as disposições deste Código.

Art. 9º - Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 10 - As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante de infração, na forma do Art. 159 do Código Civil.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 11 - Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da

~~coisa, poderá ser depositado~~, em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, ~~observadas as formalidades legais.~~

Parágrafo Único – A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que ~~houverem sido~~ aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 12 – No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 13 – Não são diretamente punidos das penas definidas neste Código:

- I – os incapazes, na forma da Lei;
- II – os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 14 – Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- I – sobre os pais, tutores ou pessoas sob cujo a guarda estiver o menor;
- II – sobre curador ou pessoa sob cuja a guarda estiver o louco;
- III – sobre aquele que der causa a contravenção forçada.

CAPÍTULO III

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 15 – Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras Leis, decretos e regulamentos de Município.

Art. 16 – Dará motivo a lavratura de auto de infração, qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de Serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único – Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura dos autos de infração.

Art. 17 – Ressalvada a hipótese do parágrafo único do Art. 108, são autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 18 – É autoridade para confirmar os auto de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício.

Art. 19 – Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I - ~~o dia, mês, ano~~, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - ~~o nome de quem o lavrou~~, relatando-se com toda a clareza o fato constante da ~~infração~~ e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante a ação;
- III - ~~o nome do infrator~~, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV - a disposição infringida;
- V - a assinatura de quem lavrou, do infrator e a de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 20 - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrou.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 21 - O infrator terá prazo de sete dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 22 - Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

TÍTULO III

DA HIGIENE PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - Compete a Prefeitura, zelar pela higiene pública, visando a melhoria do ambiente, a saúde e o bem-estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa de vida.

Art. 24 - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos e onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios e dos estábulos e pocilgas.

Art. 25 - em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único – a Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for de alçada de governo municipal, ou remeterá cópia do relatório as autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

CAPITULO II

DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 26 – O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 27 – Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças a sua residência.

§ 1º - A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 28 – É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, bem como despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 29 – A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, vales, sarjetas ou canais de vias públicas, danificando ou obstruindo tais serviços.

Art. 30 – Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibido:

- I** – lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques nas vias públicas;
- II** – consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
- III** – conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer matérias que possam comprometer o asseio das vias públicas;
- IV** – queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- V** – aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

~~III - conduzir~~ para a cidade, vilas ou povoações do Município, doentes portadores de ~~doenças infecto-contagiosas~~, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de ~~tratamento~~.

Art. 31 - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao ~~consumo~~ público ou particular.

Art. 32 - É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro da cidade e povoações, de ~~indústrias~~ que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo, possa prejudicar a saúde pública.

Art. 33 - Não é permitido, se não a distância de 400 (quatrocentos) das ruas e logradouros públicos, a instalação de estruturas, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Art. 34 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor de referencia vigente.

CAPITULO III

DA HIGIENE DAS HABITACÕES

Art. 35 - As residências urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas e pintadas, após vistoriadas pelas autoridades sanitárias, se assim o acharem necessário.

Art. 36 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato dentro da Zona Urbana e servindo de depósito de lixo.

Art. 37 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo Único - As providencias para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares, competem ao respectivo proprietário.

Art. 38 - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, providas de tampas, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo Único - Não serão considerados como lixo, os resíduos de fábricas e oficinas, ou restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias

~~excrementicias~~ e os restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos ~~das casas comerciais~~, bem como terra, folha e galhos dos jardins e quintais particulares, os ~~quais~~ serão removidos as custas dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 39 – As casas de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotadas de instalação incineradora e coletora de lixo, estas convenientemente a dispostas, perfeitamente vedadas e dotadas de dispositivos para a limpeza e lavagem.

Art. 40 – Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgoto, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiros e privadas em número proporcional ao dos seus moradores.

§ 2º - Não serão permitidas nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados, provido de rede de abastecimento d'água, a abertura ou manutenção de cisternas.

Art. 41 – As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e de estabelecimento comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Parágrafo Único – Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito.

Art. 42 – Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 100% (cem por cento) do valor de referencia vigente.

CAPITULO IV

DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 43 – A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único – Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, determinadas a serem ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 44 – Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos a saúde, os quais serão apreendidos .

~~pelos funcionários~~ encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização ~~dos mesmos~~.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação de licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 45 - Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento terá, para depósito de verduras que deverão ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

II - as frutas expostas a venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas um metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas;

III - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo Único - É proibido utilizar-se para outro qualquer fim os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 46 - É proibido ter em depósito ou exposto a venda:

I - aves doentes;

II - frutas não sazonadas;

III - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 47 - Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 48 - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 49 - As fábrica de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - Piso e parede das salas de elaboração do produto revestidas de ladrilho até a altura de dois metros;

II - as salas de preparos dos produtos com as janelas e aberturas telados, à prova de moscas.

Art. 50 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, das prescrições deste Código que lhes são aplicáveis, deverão observar ainda as seguintes:

- I - terem carrinhos, de acordo com os modelos oficiais da Prefeitura;**
- II - valerem-se para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;**
- III - terem os produtos expostos a venda, conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;**
- IV - usarem vestuário adequados e limpos;**
- V - manterem-se rigorosamente asseados.**

§ 1º - Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º - Ao vendedor ambulante de gênero alimentício de ingestão imediata, é proibido toca-los com as mãos, sob pena de multas, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos a venda.

Art. 51 - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

§ 1º - É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes das vasilhas destinadas a venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º - O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feito em vasilhas abertas.

Art. 52 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor de referência vigente.

CAPITULO V

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 53 - Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I - a lavagem das louças e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;**
- II - a higienização da louça e talheres será de uso individual;**

III – as guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV – as esponjas serão do tipo que permitam a retirada do açúcar sem o levantamento de lama;

V – a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas e ventilados, não podendo ficar expostos a poeira e as moscas.

Art. 54 – Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 55 – Nos salões de barbeiros e cabeleireiros, é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo Único – Os oficiais ou empregados, usarão durante o trabalho, blusas brancas apropriadas, rigorosamente limpas.

Art. 56 – Nos hospitais, casas de saúde e maternidade, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, é obrigatória:

I – a existência de uma lavanderia a água quente, com instalação completa de desinfecção;

II – a existência de depósito apropriado para a roupa servida;

III – A existência de necrotérios, de acordo com o Art. 57 deste Código;

IV – a instalação de uma cozinha com o mínimo de três peças, destinadas respectivamente a depósito de gêneros; preparo e distribuição de comidas e, lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidas de ladrilhos até a altura mínima de dois metros;

Art. 57- A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias será feita em prédio isolado, distante no mínimo de vinte metros das habitações vizinhas, e situado de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art. 58 – as cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes forem aplicadas, obedecer ao seguinte:

I – possuir muros divisórios com três metros de altura, separando-as dos terrenos limítrofes;

II – conservar a distancia mínima de dois metros e meio entre a construção e a divisa do lote;

III – possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais, e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;

- IV – possuir depósito para estrume, a prova de insetos, com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, qual deve ser diariamente removida para a zona rural;**
- V – possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais, e devidamente vedado aos restos;**
- VI – manter completa separação entre os possíveis compartimento para empregados, e a parte destinada aos animais;**
- VII – obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros de alinhamento do logradouro.**

Art. 59 – Na infração de qualquer disposição deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 100% (cem por cento) do valor de referência vigente.

TÍTULO III

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 60 – É expressamente proibido às casas de comércio ou aos ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais considerados pornográficos ou obscenos.

Parágrafo Único – a reincidência da infração deste artigo, determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art. 61 – Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos.

Art. 62 – Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas, será responsável pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo Único – As desordens, algazarra ou barulho porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão o proprietário a multa, podendo ser a cassada a licença para o seu funcionamento nas reincidências.

Art. 63 – É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

- I – os de motores de explosão desprovidos de escapamentos silenciosos, ou com estes em mal estado de funcionamento;**
- II – os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;**
- III – a propaganda realizada com alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;**
- IV – os produzidos por arma de fogo;**

- V – os de martelos, bombas e demais jogos ruidosos;
- VI – os apitos ou silvos de sirene de fábrica, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de trinta segundos ou depois das 22 horas;
- VII – os batuques e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Parágrafo Único – Excetua-se das proibições deste artigo:

- I – os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistência, de corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;
- II – os apitos das rondas, guardas policiais e se houver guardas municipais.

Art. 64 – Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 5 e depois das 22 horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndio ou inundações.

Art. 65 – É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 7 e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residência.

Art. 66 – As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais a rádio recepção.

Parágrafo Único – As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoito horas, nos dias úteis.

Art. 67 – Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor de referência vigente, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPÍTULO II

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 68 – Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 69 – Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Parágrafo Único – O requerimento para o funcionamento de qualquer casa de diversão, será instituído, com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referente à construção e higiene do edifício, e procedida a vistoria policial.

Art. 70 – Em todas as casas de diversões públicas, serão observadas as seguintes disposições:

- I** – tanto salas de entrada como as de espetáculo, serão mantidas higienicamente limpas;
- II** – as portas e os corredores para o exterior, serão amplos e conservados sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergência;
- III** – todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição “SAÍDA”, legível a distância, de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
- IV** – os aparelhos destinados a renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- V** – haverá instalações sanitárias independentes para homens e mulheres;
- VI** – serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.
- VII** – possuirão bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
- VIII** – durante os espetáculos, deverão as portas conservarem-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;
- IX** – deverão possuir material de pulverização de inseticidas;
- X** – o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Parágrafo Único – É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéu à cabeça ou fumar no local da função.

Art. 71 – Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiveram exaustores suficientes, deverá entre a saída e entrada dos espectadores, decorrer lapso suficiente de tempo para efeito de renovação do ar.

Art. 72 – em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares, destinados às autoridades municipais e policiais, encarregadas da fiscalização.

Art. 73 – Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º - Em caso de modificação do programa ou do horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se inclusive as competições esportivas, para as quais se exijam o pagamento da entrada.

Art. 74 – Os bilhetes da entrada não poderão ser vendidos por preço superior aos anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Art. 75 – Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em áreas formadas por um raio de cem metros de hospitais, casas de saúde e maternidades.

Art. 76 – Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas as seguintes:

- I – a parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço;
- II – a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada a permanência do público.

Art. 77 – Para funcionamento de cinemas, serão ainda observadas as seguintes disposições:

- I – só poderão funcionar em pavimentos térreos;
- II – os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construída de material incombustível;
- III – no interior das cabines, não poderão existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim, deverão elas estar depositadas em recipientes especiais, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 78 – A armação de circos de pano ou parques de diversões, só poderá ser permitida em certos locais, a juízo da Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo, não poderá ser por prazo superior a um ano.

§ 2º - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e amoralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º - A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obriga-los a novas restrições ao conceder-lhe à renovação pedida.

§ 4º - Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações, pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 79 – Para permitir armações de circos ou barracas em logradouro público, poderá a Prefeitura exigir, se julgar conveniente, um depósito até o máximo de 5 (cinco) valores de referência vigente

o Município, como garantia de despesa com a eventual limpeza e recomposição do ~~lugar~~.

Parágrafo Único - O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em caso contrário, serão deduzidas do mesmo, as despesas feitas com o tal serviço.

Art. 80 - Na localização de "dancings", ou estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Art. 81 - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo Único - Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidade de classe, em sua rede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 82 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substancia que possa molestar ou transeuntes.

Parágrafo Único - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Art. 83 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 200% (duzentos por cento) do valor de referencia vigente.

CAPITULO III

DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 84 - As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados sendo proibido pixar suas paredes e muros, ou neles colocar cartazes.

Art. 85 - Nas igrejas, templos ou casas de cultos, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 86 - As igrejas, templos e casas de culto não poderão contar com maior número de assistentes, a qualquer de seus officos, do que a lotação comportada por suas instalações.

Art. 87 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor de referencia vigente.

CAPITULO IV

DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 88 – O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 89 – É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeitos de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único – Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha de dia e luminosa à noite.

Art. 90 – Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de qualquer material, inclusive de construção nas vias públicas em geral.

§ 1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência em via pública, com o mínimo de prejuízo ao trânsito por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública, deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 91 – É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

- I – conduzir animais e veículos com disparada;
- II – conduzir animais bravios sem a necessária precaução;
- III – conduzir carros de bois sem guieiros;
- IV – atirar na via pública ou logradouros, corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art. 92 – É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 93 – Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos a via pública.

Art. 94 – É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

- I – conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;
- II – conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

- III - patinar, a não ser nos lugares para isso destinado;
- IV - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- V - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

Parágrafo Único - Excetam-se ao disposto no item II deste artigo, carrinhos de crianças ou paralíticos e, em ruas de pequenos movimentos, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 95 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, quando não prevista pena no Código Nacional de Trânsito, será imposta a multa correspondente ao valor de 100% (cem por cento) do valor de referência vigente.

CAPITULO V

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 96 - É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 97 - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 98 - O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo deverá ser retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo Único - Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 99 - É proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.

Parágrafo Único - Aos proprietários de cevas atualmente existentes na sede municipal, fica marcada o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação deste Código, para a remoção dos animais.

Art. 100 - É igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo Único - Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 58 deste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença de fiscalização da Prefeitura.

Art. 101 - Os cães que foram encontrados nas vias públicas da cidade e vilas, serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - ~~Tendo-se de cães~~ não registrados, serão os mesmos sacrificados, se não forem ~~retirados por seus donos~~, dentro de dez dias, mediante o pagamento da multa e das taxas respectivas.

§ 2º - Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo tira-los em idêntico ~~paiz~~, sem o que serão os animais igualmente sacrificados.

§ 3º - Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do art. 98 deste Código.

Art. 102 - Haverá na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento da taxa respectiva.

§ 1º - Aos proprietários de cães registrados, a Prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na cólera do animal.

§ 2º - Para registro dos cães, é obrigatório a apresentação de comprovante de vacinação anti-rábica, que poderá ser feita as expensas da Prefeitura.

§ 3º - São isentos de matricular os cães pertencentes a boiadeiros, ambulantes e visitantes, em trânsito pelo município, desde que nele não permaneça por mais de uma semana.

Art. 103 - O cão registrado poderá andar na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 104 - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Art. 105 - Ficam proibidos os espetáculos de feras e exibição de cobras e quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 106 - É expressamente proibido:

- I - criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;
- II - criar galinhas nos porões e dentro das habitações.

Art. 107 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar crueldade contra os mesmo, tais como:

- I - transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior a suas forças;
- II - carregar animais com peso superior a 150 quilos;
- III - montar animais que já tenham sua carga permitida;
- IV - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados;

- V – obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 (oito) horas contínuas sem descanso e mais de 6 (seis) horas, sem água e alimento apropriado.
- VI – martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;
- VII – castigar de qualquer modo o animal caído, com ou sem veículo fazendo-o levantar a custo de castigo e sofrimento;
- VIII – conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal que lhes possa ocasionar sofrimento;
- IX – transportar animais amarrados na traseira de veículos ou amarrados a um outro pela calda;
- X – abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;
- XI – amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimento;
- XII – usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção dos animais;
- XIII – empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;
- XIV – usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;
- XV – praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 108 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 200% (duzentos por cento) do valor de referencia vigente.

Parágrafo Único – Qualquer pessoa poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado a Prefeitura para os fins de direito.

CAPITULO VI

DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

Art. 109 – Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites da zona urbana, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

Art. 110 – Verificada pelos fiscais da Prefeitura a existência do formigueiro, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 20 (vinte) dias para se proceder ao seu extermínio.

Art. 111 – Se no prazo fixado não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20% (vinte por cento) pelo trabalho de administração, além da multa correspondente ao valor de 30% (trinta por cento) do valor de referencia vigente.

CAPÍTULO VII

DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 112 – Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual a metade do asseio.

§ 1º – Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles fixados de forma bem visível.

§ 2º – Dispensa o tapume quando se tratar de:

- I – construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a dois metros;
- II – pinturas ou pequenos reparos.

Art. 113 – Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

- I – apresentarem perfeitas condições de segurança;
- II – terem a largura do passeio, até o máximo de dois metros;
- III – não causarem danos às árvores, aparelho de iluminação e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Único – O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 60 (sessenta) dias.

Art. 114 – Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que observadas as condições seguintes:

- I – serem aprovados pela Prefeitura, quanto a sua localização;
- II – não perturbarem o trânsito público;
- III – não prejudicarem o calçamento e nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;
- IV – serem removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único – Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanques, cobrando aos responsáveis as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 115 – Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo primeiro do artigo 90 deste Código.

Art. 116 – O jardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura. É facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art. 117 – É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expressivo da Prefeitura.

Art. 118 – Nas árvores dos logradouros públicos não será permitido a colocação de cartazes e anúncios sem a afixação de cabos ou fios, sem a autorização da Prefeitura.

Art. 119 – Os postos telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia e as balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições das respectivas instalações.

Art. 120 – As colunas ou suportes de anúncios, as caixas de papéis usados, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante autorização prévia da Prefeitura.

Art. 121 – As bancas para venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I – terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II – apresentarem bom aspecto na sua construção;
- III – não perturbarem o trânsito público;
- IV – serem de fácil remoção.

Art. 122 – Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente a testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros.

Art. 123 – Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos, somente poderão ser colocados nos logradouros públicos, se comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§ 1º - Dependerá, ainda, da aprovação do local escolhido para a fixação dos monumentos.

§ 2º - No caso de paralisação ou mau funcionamento do relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Art. 124 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de referência vigente.

CAPÍTULO VIII

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 125 – são considerados inflamáveis:

- I – o fósforo e os materiais fosforados;**
- II – a gasolina e demais derivados do petróleo;**
- III – os éteres, álcoois, a aguardente e os óleos em geral;**
- IV – os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;**
- V – toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C (cento e trinta e cinco graus Centígrados).**

Art. 126 – consideram-se explosivos:

- I – os fogos de artifício;**
- II – a nitroglicerina, seus compostos e derivados;**
- III – a pólvora e o algodão-pólvora;**
- IV – as espoletas e os estopins;**
- V – os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;**
- VI – os cartuchos de guerra, caça e minas.**

Art. 127 – É absolutamente proibido:

- I – fabricar inflamáveis e explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;**
- II – manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais, quanto a construção e segurança;**
- III – depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.**

§ 1º - Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de 20 (vinte) dias.

§ 2º - os fogueteiros e exploradores de pedreiras, poderão manter depósitos de explosivos correspondentes ao consumo de trinta dias desde de que os depósitos estejam localizados a uma distancia de 250 metros da habitação mais próxima e a 150 metros das ruas ou estradas. Se as distancias a que se refere este parágrafo forem superiores a quinhentos metros, e permitido o deposito de maior quantidade de explosivos.

Art. 128 – os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da prefeitura.

§ 1º - os depósitos serão dotados de instalações para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§ 1º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos inflamável serão construídos de material incombustível admitindo-se emprego de outro material apenas nos cabos, ripas e esquadrias.

Art. 129 - Não será permitida o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo explosivo e inflamados.

§ 2º - os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 130 - É expressamente proibido:

- I - queimar fogos de artifícios, bombas e busca-pés morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para o mesmo logradouro;**
- II - soltar balões em toda a extensão do município;**
- III - fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da prefeitura;**
- IV - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do município.**

§ 1º - A proibição de que trata os itens I, II e III poderá ser superada mediante licença da prefeitura, em dias de regozijo públicos ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previsto no parágrafo 1º serão regulamentados pela prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que jugar necessárias ao interesse da segurança pública.

Art. 131 - A instalação de postos de abastecimentos de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis, fica sujeitos a licença especial da prefeitura.

§ 1º - A prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação de depósitos ou da bomba irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§ 2º - A prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que jugar necessárias ao interesse da segurança.

Art. 132 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor 1% (cem por cento) a 300% (trezentos por cento) do valor de referência de gente, além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se for o caso.

CAPITULO IX

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA CASCALHARIAS, OLARIAS E

DEPOSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 133 – A exploração de pedreiras, cascalharias, olarias e depósitos de areia e saibro dependerá de licença da prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste código.

Art. 134 – A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a) nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;
- b) localização precisa da entrada do terreno.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de propriedade de terreno;
- b) autorização para exploração, passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele explorador;
- c) planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização da respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos de d'água situados em toda a faixa de largura de 100 metros em torno da área a ser explorada;
- d) perfil do terreno em três vias.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte poderão ser dispensadas, a critério da prefeitura, os documentos indicados nas alíneas "c" e "d" do parágrafo anterior.

Art. 135 – As licenças para exploração serão sempre por prazo de seis meses, podendo ser renovados, a critério da prefeitura.

Parágrafo Único – Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acordo com esse código, desde de que posteriormente se verifique que sua exploração acarreta perigo ou dano a vida ou a propriedade.

Art. 136 – Ao conceder as licenças, a prefeitura poderá fazer as restrições que jogar convenientes.

Art. 137 – Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento de licença anteriormente concedido.

Art. 138 – O desmonte das pedreiras pode ser feitos a frio ou a fogo.

Art. 139 – Não serão permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Art. 140 – A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I – declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;
- II – intervalo mínimo de trinta minuto entre cada serie de explosivos;
- III – içamento, antes da exploração, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distancia;
- IV – toque por três vezes, com intervalos de dois minutos de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 141 – A instalação de olarias na zona urbana e suburbana do município deverá obedecer as seguintes prescrições:

- I – as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pelo fumaça ou emanções nocivas;
- II – quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de água, o explorador será obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades, a medida que for retirado o barro.

Art. 142 – A prefeitura poderá, a qualquer tempo determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalharias com o intuito de proteger propriedades particulares ou publicas ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 143 – É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do município.

- I – a jusante do local em que recebem contribuição de esgotos;
- II – quando modificarem o leito ou as margens dos mesmos;
- III – quando possibilitarem a formação de locais ou causarem por qualquer forma, a estagnação da águas;
- IV – quando, de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre leitos dos rios.

Art. 144 – Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 400% (quatrocentos pó cento) do valor de referencia vigente, alem da responsabilidade civil ou criminal que couber.

CAPITULO X

DOS MUROS E CERCAS

Art. 145 – Os proprietários de terrenos serão obrigados a mura-los e cerca-los nos prazos fixados pela prefeitura.

Parágrafo Único – Os terrenos da área urbana central serão fechados com muros ou com grades assentes sobre a alvenaria, devendo em qualquer caso ter uma altura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Entretanto, devendo ser observado o artigo 35 capítulo III, deste mesmo código.

Art. 146 – Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedade urbana e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do artigo 588 do código civil.

Parágrafo Único – Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores, a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 147 – Os terrenos rurais, especialmente os destinados a pecuária, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados:

- I** – cercas de arames farpado, com três fios, no mínimo e 1 metro e quarenta centímetros de altura;
- II** – cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;
- III** – telas de fios metálicos com a altura mínima de 1 metro e cinquenta centímetros.

Art. 148 – Será aplicada multa correspondente ao valor de 100% (cem por cento) do valor de referência vigente a todo aquele que:

- I** – fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;
- II** – danificar por quaisquer meios, cercas existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

CAPITULO XI

DOS ANUNCIOS E CARTAZES

Art. 149 – A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, dependerá de licença da prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, emblemas, placas, avisos, anúncios, e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º - Incluem-se, na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios de domínios privados, forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 150 – A propaganda falada em lugares públicos, por meios de ampliadores de voz, alto falantes e propagandistas assim como feitas por meio de cinemas ambulante, ainda que muda estará igualmente sujeita à previa licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 151 – Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- I – pela sua natureza provoquem aglomerações ao trânsito público;
- II – de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos das cidade, seu panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III – sejam ofensivos a moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições.
- IV – obstruam, interceptem ou reduzam os vão das portas ou janelas e respectivas bandeiras;
- V – contenham incorreções de linguagem;
- VI – façam uso de palavras em linguagem estrangeira, salvo aquelas que por, Insuficiência do léxico a ele se ajam incorporado;
- VII – pelo numero ou má distribuição prejudiquem o aspectos das fachadas.

Art. 152 – Os pedidos de licença para a publicação ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

- I – a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;
- II – a natureza do material de confecção;
- III – as dimensões;
- IV – as inscrições e o texto;
- V – as cores empregadas.

Art. 156 – Tratando-se de anúncios, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser dotado.

Art. 154 – Os panfletos ou anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter menores de dez centímetros (0,10) por quinze centímetros (0,15) nem maiores de trinta centímetros (0,30) por quarenta e cinco centímetros (0,45).

Art. 155 – Os anúncios e letreiros deverão ser reservados em boas condições renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo Único – Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou reparos de anúncios dependerão apenas de comunicação escrita a Prefeitura.

Art. 156 – Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeitos as formalidades deste capítulo, poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei.

Art. 157 – Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de referência vigente.

TITULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO COMERCIO E DA INDÚSTRIA

CAPITULO I

DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAS E COMERCIAIS

SEÇÃO I

DAS INDÚSTRIAS E DO COMERCIO LOCALIZADOS

Art. 158 – Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamentos, dos tributos devidos.

Parágrafo Único – o requerimento deverá especificar com clareza:

I – o ramo de atividade;

II – a área ocupada e o número de empregados;

III – o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 159 – Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos ~~industriais~~ que se enquadram dentro das proibições constantes do artigo trinta e dois deste código.

Art. 160 – A licença para funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafês, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 161 – Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado, colocará o alvará de localização em lugar visível a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 162 – Para mudança de local de estabelecimento deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 163 – A licença de localização poderá ser cassada:

I – quando se tratar de negocio diferente o requerido;

II – como medida preventiva, a bem da higiene da moral ou do sossego e segurança publica;

III – se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização a autoridade competente faze-lo;

IV – por solicitação de autoridades competentes, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento, será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todos estabelecimento que exercerá atividade sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este capítulo.

SEÇÃO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 164 – O exercício do comercio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do município e do que preceitua este código.

Art. 165 – Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I** – número de inscrição;
- II** – residência do comerciante ou responsável;
- III** – nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo Único – o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 166 – É proibido ao vendedor ambulante sob pena de multa:

- I** – estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II** – impedir ou dificultar o trânsito nas vias ou outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- III** – transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Art. 167 – Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 30% (trinta por cento) do valor de referência vigente, além das penalidades fiscais cabíveis.

CAPITULO II

DO HORÁRIO DO FUNCIONAMENTO

Art. 168 – A abertura e o funcionamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no município, obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

I – para a indústria de modo geral:

- a) abertura e fechamento entre 6 e 17 horas nos dias úteis;
- b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

§ 1º – Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive os domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritórios, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frios industriais, purificação e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgotos,

~~serviço~~ de transporte coletivo ou outras atividades que a juízo da autoridade federal competente, ~~seja~~ estendida tal prerrogativa.

II – Para o comércio de modo geral:

- a) abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas nos dias úteis;
- b) nos dias previstos na letra b, item 1, os estabelecimentos permanecerão fechados.

§ 2º - O prefeito municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até 22 horas na última quinzena de cada ano, ou em outras épocas.

Art. 169 – Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I – varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos;

- a) nos dias úteis – das 5 às 20 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 6 às 12 horas.

II – varejistas de peixe:

- a) nos dias úteis – das 5 às 18 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

III – açougues e varejistas de carnes frescas:

- a) nos dias úteis – das 5 às 18 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

IV – Padarias:

- a) nos dias úteis – das 5 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 5 às 18 horas.

V – Farmácias:

- a) nos dias úteis – das 7 às 22 horas ou em regime de 24 horas consecutivas;
- b) nos domingos e feriados – no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida à escala organizada pela Prefeitura.

VI – Restaurantes, Bares, Botequins, Confeitarias, Sorveterias e Bilhares:

- a) nos dias úteis – das 7 às 24 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 7 às 24 horas.

VII – Charutarias e “Bombonieres”:

- a) nos dias úteis – das 7 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 7 às 22 horas.

VIII – Barbeiros, Cabeleireiros, Massagistas e Engraxates:

- a) nos dias úteis – das 8 às 22 horas;
- b) aos sábados e vésperas de feriados o encerramento poderá ser feito às 22 horas;

IX – Cafés e Leiterias:

- a) nos dias úteis – das 5 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

X – Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

- a) nos dias úteis – das 5 às 24 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 5 às 18 horas.

XI – Lojas de flores e coroas:

- a) nos dias úteis – das 7 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 7 às 12 horas.

XII – Carvoaria e Similares:

- a) nos dias úteis – das 6 às 18 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 6 às 12 horas.

XIII – “dancings”, cabarés, teatros e similares: das 18 às 2 horas da manhã seguinte.

XIV – Casas de Loterias:

- a) nos dias úteis – das 8 às 20 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 8 às 14 horas.
- c)

XV – Os postos de gasolina e as empresas funerárias poderão funcionar qualquer dia e hora, salvo determinação da legislação federal a respeito.

§ 1º - As farmácias, quando fechadas, poderão, em casos de urgências atender ao público qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º - Quando fechadas, as farmácias deverão afixar a porta uma placa com indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§ 3º - Para funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

Art. 170 – As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo serão punidas com multas correspondente ao valor de 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor da referência vigente.

CAPITULO III

SEÇÃO I

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 171 – É dever da Prefeitura articular-se com os órgãos competentes do estado e da união para fiscalizar ou proibir no município, as atividades que, direta ou indiretamente:

I – Criem ou possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar público;

II – Prejudiquem a fauna e a flora;

III – disseminem resíduo como óleo, graxa e lixo;

IV – prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins domésticos, agropecuários, de piscicultura, recreativo, e para outros objetivos perseguidos pela comunidade.

§ 1º - Inclui-se no conceito de meio-ambiente, a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade publica, privada ou de uso comum, a atmosfera e a vegetação.

§ 2º - O município poderá celebrar convenio com órgão públicos federais e estaduais para execução de projetos ou atividades que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para sua proteção.

§ 3º - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção para fins de controle da poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares ou publicas capazes de causar danos ao meio ambiente.

Art. 172 – Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio-ambiente serão aplicadas, além das multas previstas nesta lei, a interdição das atividades, observadas a legislação federal a respeito e, o código florestal.

SEÇÃO II

DA CONSERVAÇÃO DAS ÁRVORES E ÁREAS VERDES

Art. 173 – A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 174 – É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expressivo da Prefeitura.

Art. 175 – Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias como:

- I** – Preparar aceiros de, no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;
- II** – mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando o dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

CAPITULO IV

DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

Art. 176 – Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir a serem utilizados em suas transações comerciais, de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) do ministério da indústria e comercio.

CAPITULO V

SEÇÃO ÚNICA

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 177 - Para efeito de cálculo das multas previstas neste código o valor de referencia vigente é o mesmo definido no Código Tributário Municipal (CTM).

Art. 178 – Este código entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Marcos Parente – PL, 02 de Junho de 2003.


Juraci Alves Guimarães Rodrigues
Prefeita Municipal

INDICE

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo

CAPITULO I – Disposições preliminares

—1º a 3º

CAPITULO II – Das Inflações e das penas

—4 a 14

CAPITULO III – Dos autos de Inflações

—15 a 20

CAPITULO IV – Do Processo de Exclusão

—21 a 22

TÍTULO II

DA HIGIENE PÚBLICA

CAPITULO I – Disposições Gerais

—23 a 25

CAPITULO II – Da Higiene das Vias Públicas

—26 a 34

CAPITULO III – Da Higiene das Habitações

—35 a 42

CAPITULO IV – Da Higiene da Alimentação

—43 a 52

CAPITULO V – Da Higiene dos Estabelecimentos

—53 a 59

TÍTULO III

DA POLICIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

CAPÍTULO	I - Da Moralidade e do Sossego Público	60	a	67
CAPÍTULO	II - Dos divertimentos Públicos	68	a	83
CAPÍTULO	III - Dos locais de Culto	84	a	87
CAPÍTULO	IV - Do Trânsito Público	88	a	95
CAPÍTULO	V - das Medidas Referentes aos Animais	96	a	108
CAPÍTULO	VI - Da Extinção de Insetos Nocivos	109	a	111
CAPÍTULO	VII - Do Empachamento das Vias Públicas	112	a	124
CAPÍTULO	VIII - Dos Inflamáveis e Explosivos	125	a	132
CAPÍTULO	IX - Da Exploração de Pedreiras, Cascalharias, Olarias e Depósitos Areia e Saibro	133	a	144
CAPÍTULO	X - Dos Muros e Cercas	145	a	148
CAPÍTULO	XI - Dos Anúncios e Cartazes	149	a	157

TÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

CAPÍTULO I – Do Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais

Seção I – Das Indústrias e do Comércio Localizado-----158 a 163

Seção II – Do Comércio Ambulante-----164 a 167

CAPÍTULO II - Do Horário de Funcionamento-----168 a 170

CAPÍTULO III - Disposição final-----171 a 172

ANO – 2003

PROPOSTA DE EMENDA AO CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE-PIAUÍ; Nº: 001/2012.

Ementa

APROVADO

08/05/2012

PRES. DA CÂMARA

Modifica o artigo 128, do Código de Postura do Município de Marcos Parente-Estado do Piauí, e dá outras providências.

Fórmula de promulgação.

A Câmara Municipal de Marcos Parente - Estado do Piauí, aprova:

Texto

Art. 1º Fica modificado o artigo 128, do Código de Postura do Município de Marcos Parente-PI; Lei, nº, 55, de 05 de junho de 2003.

O Artigo; 128- passará a vigorar com a seguinte redação, os depósitos de explosivos e inflamáveis poderão ser construídos em locais especialmente designados e autorizados pelo poder público municipal; tanto na zona rural quanto na zona urbana: sendo que quando tais estabelecimentos forem construídos ou edificados, na zona urbana, obrigatoriamente deverá ficar 12 (doze) metros distantes em ambas as laterais, bem como, tanto de frente quanto de fundo, de qualquer residência ou ponto comercial existente nas proximidades onde deverá ser fixado o depósito de explosivos ou inflamáveis. Os limites acima fixados, serão levados em consideração como contagem dos 12 metros, o fim da área de terra onde será construído o depósito de explosivos ou inflamáveis, para o início do limite da casa residencial ou o ponto comercial.

Art. 2º A presente Emenda ao Código de Postura do Município de Marcos Parente, entrará em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE-PIAUÍ, EM 08 DE JUNHO DE 2012.

Vereador:

Vitorino Pereira da Silva

Vereador:

Marcos Angelo Coelho Lima

Vereador:

Maurício da Conceição de Miranda

Reubi em

08.06.2012

Francisco Soares S. Fonseca

JUSTIFICATIVA.

A emenda, ao Código de Postura é um elemento Constitucional, que pode ser usado tanto por iniciativa do Representante do Poder Público Municipal, quanto por um terço dos vereadores.

Uma conquista do Estado Democrático de Direito é o contraditório legislativo oportunizando ao Vereador ofertar as proposições ao Plenário da Casa.

Diante destas argumentações, solicitamos aos pares deste Poder Legislativo, que aprove a matéria ora proposta.

Marcos Parente-PI, 08 de junho de 2012.

Vereador: Válter Pereira da Silva

Vereador: Maximiliano Coelho

Vereador: Morivaldo Correia de Miranda